

AS MULHERES E A LUTA POR CASA DE REFERÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO E O CRM HELENIRA PRETA

Isis Mustafa de Assis¹, Livia de Tommasi²

Resumo

Esse artigo apresenta as experiências recentes do Movimento de Mulheres Olga Benário na construção do Centro de Referência para Mulheres em gestão compartilhada com o poder público, modelo inédito na América Latina. A partir de levantamento bibliográfico de dados sobre violência no Brasil e entrevistas com as mulheres do movimento, discutimos as condições precárias das políticas públicas de combate à violência contra mulheres no Brasil e, em particular, na Região do Grande ABC, em São Paulo. Como forma de denúncia e para reivindicar a construção de um Centro de Referência para Mulheres, o movimento ocupou uma casa abandonada no município de Mauá. A partir dessa experiência, discutimos os limites da responsabilização dos movimentos sociais na promoção de políticas públicas e o papel do poder público.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres, Centro de Referência para Mulheres, Femicídio, Feminismo, Políticas Públicas.

Abstract

This article presents the recent experiences of the 'Movimento de Mulheres Olga Benário' in the construction of a Women's Reference Center in order to create a shared management with the government, an unprecedented model in Latin America. From a bibliographic survey on violence in Brazil and interviewing women from Olga's movement, we have discussed the precarious conditions of public policies to combat violence against women in Brazil and in the Region of "Grande ABC", in São Paulo. The organization decided to occupy an abandoned house in the municipality of Mauá as a complaint, claiming the construction of the Reference Center for Women, called "Helenira Preta". Finally, we have discussed the limits of the accountability of social movements in the promotion of public policies and the role of public power in this relation.

Palavras-chave: Women's Movement, Reference Center for Women, Femicide, Feminism, Public policy.

¹ Universidade Federal do ABC. E-mail: isismustafa.ie@gmail.com

² Professora do curso de graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. E-mail: livia.tommasi@ufabc.edu.br

“A Secretaria Estadual de Segurança Pública divulgou novo balanço mensal de ocorrências de crime, nesta segunda-feira (27). Os números apresentados apontam que os casos de estupro e estupro de vulnerável aumentaram na região (do ABC) em outubro quando comparado com o mesmo mês do ano passado [...] Em outubro de 2017 foram registrados 50 casos de estupro na região, alta de 30%.”

Repórter Diário: Casos de estupro aumentam em 30% no ABC. 27 de Novembro de 2017

Introdução

O presente trabalho pretende estudar a experiência do Movimento de Mulheres Olga Benário - MMOB com a construção do Centro de Referência Para Mulheres Helenira Preta. Desde 2015, o MMOB tem direcionado suas ações para construir um novo tipo de relação do movimento social com o poder público, denunciando o despreparo e a falta de equipamentos públicos, o fechamento das secretarias/pastas de mulheres e o desmonte das políticas de combate à violência contra as mulheres. Estima-se que somente 10% dos casos são oficialmente denunciados, de acordo com o IPEA. Perguntas invasivas, revitimização e culpabilização das mulheres são alguns dos motivos que suscitam desconfiança a respeito da atuação das delegacias de mulheres. As vítimas, que muitas vezes desconhecem a existência dos Centros de Referência para Mulheres (CRM) e dos abrigos, ao procurar pelas delegacias frequentemente não encontram o atendimento adequado e nem são encaminhadas para esses equipamentos.

Assim, o MMOB propõe um novo tipo de política para os CRMs: geridos pelo movimento, com espaços de formação e cultura que ultrapassam o simples acolhimento e o direcionamento para aparelhos estatais. Através de ocupações, as mulheres do movimento vêm tendo a experiência única na América Latina de gerir dois CRMs, um em Belo Horizonte e outro em Porto Alegre. O objetivo dessas experiências não é substituir o poder público, ao contrário, é denunciar a ausência de políticas públicas para mulheres e demonstrar que é possível operar em outra lógica de cuidado, organização, emancipação econômica, afetiva, etc. Assim, essas experiências mostram as contradições inerentes à atuação do poder público, que por um lado reconhece a eficiência desses CRMs ao encaminhar mulheres para esses centros e, pelo outro, como no caso de Porto Alegre, contraditoriamente segue pedindo a reintegração de posse do edifício onde funciona a ocupação.

Este trabalho está dividido em três partes: (1) apresentação do MMOB e de alguns dados sobre a violência contra as mulheres; (2) a experiência no grande ABCDM da Ocupação Helenira Preta; (3) análise final e discussões da experiência.

Considero importante ressaltar que me situo dentro do campo de estudo, já que faço parte do Movimento. Meu objetivo aqui é apresentar as questões e contradições gerais desse tipo de relação do movimento social com as políticas públicas. Além disso, a Ocupação Helenira Preta não é uma experiência terminada. Portanto, podemos aqui avançar somente alguns apontamentos, deixando uma série de questionamentos para pesquisas futuras.

A violência Contra as Mulheres no Brasil

No Brasil, a pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizada em 2015, revela que mais de 50% da população é composta por mulheres e mais de 40% dos lares brasileiros são comandados por mulheres. Os dados sobre feminicídio são alarmantes: entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, com um aumento de 21%, representando 13 feminicídios diários (WAISELFISZ, 2015, p. 13). Efetivamente, apenas quatro países evidenciam taxas de violência contra as mulheres superiores às do Brasil: El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

Porém, as mulheres não sofrem violações iguais, visto que as taxas de homicídio de mulheres brancas caíram 11,9%, ou seja, de 3,6 por 100 mil brancas em 2003, para 3,2 em 2013. Em contrapartida, as taxas de homicídio das mulheres negras cresceram 19,5%, passando de 4,5 para 5,4 por 100 mil, no mesmo período (WAISELFISZ, 2015, p. 31).

Essa distância relativa, entre as taxas de vítimas brancas e negras, é o que denominamos índice de vitimização negra, que nada mais é do que a diferença percentual entre as taxas de homicídio de mulheres de ambos os grupos. Vemos que o índice de vitimização negra, em 2003, era de 22,9%, isso é, proporcionalmente, morriam assassinadas 22,9% mais negras do que brancas. O índice foi crescendo lentamente, ao longo dos anos, para, em 2013, chegar a 66,7%. (WAISELFISZ, 2015, p. 32)

Os dados apresentados, portanto, retratam que a estrutura da violência de gênero no Brasil é marcada pela questão racial. As políticas para mulheres promovidas nos últimos anos ainda que apresentem resultados positivos na queda geral da violência contra as mulheres não foram capazes de intervir na vida das mulheres negras e, constatando o aumento da violência contra essas mulheres no último período, é possível verificar como a organização da sociedade capitalista vitimiza seus corpos em todas as esferas.

O “Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”, é uma publicação editada pelo Ipea em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/PR) e a ONU Mulheres, que nos permite compreender a relação e as distâncias entre a realidade das mulheres brancas e negras nos aspectos da divisão de classes da sociedade brasileira.

No documento, podemos verificar que o racismo joga as mulheres negras para condições mais precárias de vida: restringe o acesso aos já escassos equipamentos públicos de saúde, educação e segurança, assim como a emancipação financeira se torna mais difícil nas

condições de baixa escolaridade, distância dos grandes centros e alocação no mercado de trabalho.

Crescem as ocupações de menor qualidade com alta informalidade e menor renda voltadas para pessoas com baixa escolaridade. As mulheres que começam a se movimentar para ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto há uma forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico. As mulheres provenientes das classes mais pobres (majoritariamente negras) dirigem-se para os empregos domésticos, de prestação de serviços e também para os ligados à produção na indústria; enquanto as mulheres de classe média, devido às maiores oportunidades educacionais, dirigem-se para prestação de serviços, para áreas administrativas ou de educação e saúde. (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2000 *apud* MARCONDES, 2013, p. 56)

Além disso, o racismo objetifica os corpos das mulheres negras, colocando-os em maior vulnerabilidade, passíveis de serem violentados pela sua cor e classe social.

É o que pode ser averiguado na análise do caso de Sirlei, uma carioca, trabalhadora doméstica, que em 2007 foi agredida às 5h da manhã por um grupo de cinco jovens brancos de classe média alta no momento em que esperava o ônibus para ir ao trabalho. Os jovens alegaram que a confundiram com uma prostituta, o que justificaria a agressão na percepção deles. [...] Outra forma de desigualdade embutida neste exemplo é a colagem do estereótipo de prostituta à mulher negra, que, no caso, a expôs à violência. (MARCONDES, 2013, p. 135)

Por fim, outro dado relevante para a discussão do papel dos Centros de Referência, é a preponderância nas denúncias da violência de tipo doméstico: no conjunto de todas as faixas etárias, os parentes imediatos ou parceiros e ex-parceiros são responsáveis por 67,2% do total de atendimentos. (WAISELFISZ, 2015, p. 48)

O Movimento de Mulheres Olga Benário

O Movimento de Mulheres Olga Benário surgiu em 2011, na Primeira Conferência Mundial de Mulheres de Base em Caracas, capital da Venezuela, que contou com a participação de mais de 40 países e de 21 delegadas representando o Brasil. Ao voltar para o Brasil as mulheres que participaram sentiram a necessidade de organizar mulheres trabalhadoras, jovens, negras, LBT, mães, sindicalizadas e periféricas para lutar pela emancipação feminina. Desta forma, o Movimento, presente atualmente em 17 estados do país, se organiza através de coordenadorias nacionais, estaduais, municipais e núcleos, construindo as pautas feministas. É um espaço de formação política, econômica e social que tem o objetivo de promover as lutas tanto no nível local e regional como nacional.

O Movimento se coloca na perspectiva do feminismo classista, compreendendo que a origem da opressão de gênero é indissociável do surgimento da propriedade privada dos

meios de produção e das relações sociais existentes e, portanto, a libertação e a emancipação das mulheres só serão possíveis com o fim da sociedade capitalista e a construção de uma nova sociedade.

Diante dos dados alarmantes que denunciam o descaso do poder público perante as mulheres em situação de violência, o Movimento de Mulheres Olga Benário há seis anos vem mobilizando mulheres do Brasil inteiro para lutar pela justiça social. No âmbito da sociedade que almejamos construir, percebe-se quão significativa e necessária é a organização dos movimentos de mulheres e a criação de espaços para a discussão e proposição.

Além da Ocupação Helenira Preta, o Movimento de Mulheres Olga Benário realizou outras duas ocupações: no dia 8 de março de 2016, a Ocupação Tina Martins, em Belo Horizonte, Minas Gerais, que sucessivamente se consolidou como CRM e no dia 25 de novembro de 2016 a Ocupação Mulheres Mirabal na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Essa última permanece até os dias de hoje na luta pela concretização da Casa de Referência Mulheres Mirabal, realizando todas as ações de atendimento jurídico, assistencial e psicológico.

Dentre as pautas da emancipação da mulher está a luta pelo acesso universal às creches, para que a entrada no mercado de trabalho possibilite alcançar a independência financeira e exercer as diversas funções que desejarem. Em Minas Gerais, o movimento administra atualmente a Creche Tia Carminha, localizada na Ocupação Eliana Silva.

Na região do Grande ABCDM, os dados de violência contra a mulher também são impactantes, sendo que uma mulher por dia denuncia ter sido estuprada. Em outubro de 2017, segundo o balanço mensal de ocorrências divulgado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, foram registrados 50 casos de estupro na região (CARVALHO, 2017). Porém esses dados devem ainda ser subestimados, pois levantamento do Ipea de 2014 estima que apenas 10% das vítimas efetuam oficialmente a denúncia (CERQUEIRA, COELHO, 2014), devido às violências institucionais que ocorrem nas repartições públicas, como a própria Delegacia da Mulher.

Outro dado estarrecedor é que na região do ABCDM houve um aumento de denúncias de violência contra mulheres de 17% no primeiro semestre do ano de 2017 (MACÁRIO, 2017). Só no primeiro semestre de 2016, 1.644 mulheres procuraram ajuda do poder público no ABC para saírem das situações de violência, somando um total de 9 atendimentos por dia e representando um aumento de 50% em relação aos semestres anteriores. (RIBEIRO, 2017)

Dessa forma, o Movimento de Mulheres Olga Benário vem atuando na região do ABCDM desde 2011, dando formações, palestras em escolas, universidades, cursos de

qualificação profissional na área da alimentação e organizando atividades culturais. Apenas na Universidade Federal do ABC existem quatro núcleos do Movimento, organizando estudantes e trabalhadoras de toda a região do Grande ABC.

História da Ocupação Helenira Preta

Na noite do dia 24 de julho de 2017, cerca de 100 mulheres do movimento realizaram uma Assembleia para preparar a ocupação. (MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO, 2017) “Aquela noite foi muito emocionante... cada mulher contando a sua história, incentivando as outras a lutar,” disse a Dona Maria* sobre a noite anterior a ação. O movimento vinha se preparando há cerca de 1 ano para realizar a ocupação. Ana*, da Coordenação Estadual do Movimento, conta que a orientação nacional era construir uma resposta a esse tipo de reivindicação em cada um dos 17 Estados onde existe atuação do movimento.

A ocupação aconteceu numa casa que estava abandonada pelo poder público há mais de 20 anos, segundo informações dos moradores da região. Localizada na Avenida Governador Mário Covas no centro da cidade de Mauá, a casa estava em processo de tombamento, motivado pelo fato que antigamente abrigava as reuniões do grupo de Autonomistas que lideraram o movimento até 1953, quando foi aprovada em assembleia em plebiscito a autonomia do então Distrito andreense de Mauá.

A escolha da data de publicização da Ocupação, o dia 25 de julho de 2017, foi motivada para demarcar o Dia da Mulher Negra, Latino Americana e Afro-Caribenha – data criada a partir do Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, em Santo Domingos, República Dominicana, em 1992. No Brasil, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra em memória de lutadoras negras como Tereza de Benguela e Luisa Mahin foi instituído pela presidenta Dilma Rousseff, em 2 de junho de 2014 (BRASIL, 2014).

O objetivo do MMOB era estabelecer no município um Centro de Referência para atender as mulheres em estado de violência sexual, física, psicológica, patrimonial, digital entre outras violações. A proposta era que a gestão do Centro fosse compartilhada entre a Prefeitura de Mauá e o Movimento de Mulheres, já que para as feministas o Estado perpetua a violência institucional através da revitimização das mulheres por parte de profissionais que não são preparados para lidar com as vítimas de violência, culpabilizando as mulheres. Como exemplo do despreparo do Estado em promover políticas para mulheres se destacam o horário de funcionamento das delegacias da mulher para queixas e Casas de Referências, das 9 horas

às 18 horas nos dias úteis, o que não contempla a maior parte das mulheres trabalhadoras que sofrem violência em geral fora do horário comercial e não têm para onde ir. O caso mais grave na região do ABC é da Delegacia da Mulher de Diadema, onde as funcionárias recomendam que as mulheres cheguem até às 15 horas, ainda que o horário oficial de atendimento seja até às 18 horas, porque a espera é muito grande (ABCD MAIOR, 2015). Outro fator de destaque são os abrigos que só acolhem mulheres que estão “reconhecidamente” em risco de morte. Além de serem poucas casas, afastadas de tudo e todos, colocam as mulheres em clausuras e muitas vezes não abrigam os filhos das acolhidas.

O Movimento se propôs fazer uma acolhida das vítimas além do que é oferecido pelos serviços públicos, realizando atendimentos além do emergencial e trabalhando com a comunidade a prevenção da violência, pois também é possível aprender valores de igualdade e empatia para com o próximo. Desenvolvendo cursos profissionalizantes para dar independência financeira para as mulheres, rodas de conversa e formações sobre assuntos inerentes à realidade das mulheres da comunidade de Mauá e região.

A ocupação na Casa dos Autonomistas durou cerca de uma semana, mobilizando uma rede de solidariedade que ultrapassou os limites do grande ABCDM, recebendo doações de coletivos da capital e notas de apoio de movimentos, entidades e organizações nacionais.

As principais dificuldades encontradas pelas ocupantes foram as condições da casa: sem água e sem energia elétrica, as paredes muito mofadas e toda a estrutura do telhado condenada, o que colocava em risco a permanência das mulheres naquele espaço. Isso transformou a relação que o ato de ocupar tinha com a reivindicação política. As outras duas experiências estabeleceram a rede de atendimento e acolhida das mulheres em situação de violência desde o início da ocupação. No caso da Helenira Preta, não era possível consolidar o CRM independentemente das negociações com a prefeitura, por falta de estrutura. Por esse motivo, o Movimento esforçou-se para manter o diálogo com a prefeitura. Durante esse período foram feitas três reuniões com a Secretaria de Governo, responsável pelas relações institucionais com a comunidade, principalmente por meio da descentralização de ações e serviços, como é colocado no site da Prefeitura de Mauá. Nessas reuniões, o Movimento acordou a saída da casa que estava em processo de tombamento e em contrapartida a Prefeitura assumiu o compromisso de procurar imóveis disponíveis na região central de Mauá para a instalação do Centro de Referência.

Cumprindo sua parte do acordo, a prefeitura emitiu um decreto que instituiu um grupo de trabalho para a elaboração e implementação de políticas públicas para mulheres e a implantação do Centro em parceria com a Sociedade Civil, mais tarde representada através de R. *ÍANDÉ – Ciências e Humanidades*. São Bernardo do Campo, v.2, n.1, p.27 - 41, jul/2018

portaria pelo Movimento de Mulheres Olga Benário. Porém, à revelia das negociações com o poder executivo, a Promotoria entrou com pedido de reintegração de posse do imóvel através do Ministério Público. A denúncia foi acatada pela Juíza de Direito, Dr^a Maria Eugênia Pires Zampol que promulgou a reintegração expedida pela Promotoria. Imediatamente a Defensoria Pública de Mauá acionou uma defesa das mulheres da ocupação e em dois dias foi revogada a ordem de reintegração de posse; além disso, se conseguiu abrir um espaço de diálogo da Prefeitura de Mauá com o Movimento, através do judiciário. Porém o Movimento optou por continuar as negociações diretamente com o poder executivo, devido ao histórico de intransigência da Juíza de Direito da comarca com os movimentos sociais. A experiência dos movimentos sociais aponta que judicializar as questões significa não conseguir consolidar negociações de cunho político, ou seja, obter uma maior flexibilidade nos interesses dos atores.

Ao fim das negociações, com o GT instituído e nomeado, o Movimento realizou um ato político de desocupação da casa com a presença de todos os apoiadores e a Prefeitura de Mauá disponibilizou um caminhão para retirar as coisas da ocupação, finalizando assim a primeira fase da constituição do CRM. Na opinião de Ana, existia um medo grande de ser somente uma manobra da Prefeitura para enfraquecer o movimento e não realizar a construção do CRM, mas era um risco a se correr, já que as condições da casa não permitiam a permanência das ocupantes no espaço.

As negociações com o Poder Executivo

O MMOB conta com o apoio de profissionais qualificados para prestar os serviços necessários no CRM, como educadoras, psicólogas e advogadas; assim como uma rede de apoio que se consolidou ao longo da ocupação e está à disposição para atuar na casa. Entretanto, o movimento não pode se responsabilizar pelo completo funcionamento da casa e descarregar o poder público da responsabilidade de promover políticas de combate à violência contra mulheres.

Em nova fase de instalação do CRM apareceram entraves e exigências legais por parte do Governo Federal e do próprio tramite dos processos administrativos, impondo uma série de dificuldades para esse novo modelo de gestão compartilhado, dificultando a concretização do Centro de Referência. Em 2003, o Governo Federal por meio da Lei nº 10.683, criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, responsável por formular e articular as políticas públicas para mulheres. Em 2006 foram formuladas as

Normas Técnicas de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência:

Para que se assegure a qualidade do serviço e para que possam produzir dados e informações comparáveis ou equivalentes, em busca de monitoramento e de subsídios constante para a manutenção e reformulação das políticas públicas de atendimento à mulher, faz-se necessário a elaboração de norma técnica que estabeleça, em âmbito nacional, diretrizes, atribuições e padrões gerais de funcionamento desse equipamento da Rede de Atendimento. (BRASIL, 2006, p.13)

Estas normas estabelecidas pelo Governo Federal exigem uma infraestrutura que muitos municípios não possuem: atendimento psicossocial, acompanhamento jurídico, atividades de prevenção, qualificação dos profissionais para as questões específicas do machismo, articulação com a rede local (tanto com a saúde, como com a segurança pública) e levantamento de dados estatísticos locais sobre a violência contra a mulher.

A então Secretária de Promoção Social, Rosí Ribeiro de Marco, apontou como a maior dificuldade do município o levantamento de dados sobre a violência contra a mulher, devido ao quadro de recursos humanos restrito da Prefeitura e poucos recursos financeiros disponíveis para a contratação de novos profissionais, reflexo também da falta de políticas públicas para mulheres no próprio plano de gestão da Prefeitura.

A Proposta de Gestão Compartilhada e o PPA 2018/2021

No dia 29 de Agosto de 2017, realizou-se a audiência do Plano Plurianual Municipal - PPA de 2018 a 2021, onde o Movimento de Mulheres Olga Benário conquistou o primeiro lugar reivindicando o Centro de Referência para Mulheres, oficializando a demanda pela política pública para mulheres com mais de cem votos dos munícipes de Mauá.

Nessa fase da negociação, a experiência de gestão compartilhada surge como uma solução para vários problemas. O que o Movimento não dispõe, como técnicas de Assistência Social e recursos para pagar o aluguel do espaço, é suprido pela Prefeitura. Os técnicos para a assistência jurídica e o levantamento de dados são de responsabilidades do Movimento.

Tabela 1: Divisão das responsabilidades pelo funcionamento do CRM entre o MMOB e a Prefeitura	
Movimento	Prefeitura
1 Arteterapêutica	2 Psicólogas
1 Educadora	2 Assistentes Sociais
2 Advogadas	1 Ajudante-Geral
Internet e Gás	Cessão/Aluguel do Imóvel
Alimentação e Utensílios	2 Guardas Civis
	Patrimônio e Computadores

Fonte: Elaboração Própria

A Prefeitura de Mauá apresentou cinco propostas de local ao Movimento, entre imóveis próprios e propriedades privadas locadas. O Movimento levou em consideração a localização e o acesso para escolher o local, decidindo por uma casa próxima ao terminal de ônibus e à estação de trem. Porém, o imóvel alugado pela Prefeitura de Mauá escolhido estava sendo custeado pelo Governo Federal para abrigar menores em situação de risco, ou seja, o imóvel não poderia ser usado para outro fim. Devido à demora que o processo levaria para protocolar a mudança de finalidade do imóvel, a Prefeitura preferiu arcar com as despesas tanto da transferência das crianças para um imóvel próprio do executivo, como arcar com o aluguel do Centro de Referência, ainda que provisoriamente. Enquanto isso, a equipe da prefeitura segue estudando os editais do governo federal para as políticas para as mulheres.

O próximo passo é instituir a Lei do CRM junto à Câmara Municipal, visto que o processo administrativo já está aberto. A previsão de entrega do espaço era o dia 8 de Dezembro de 2017, quando se iniciaria o processo de reforma da casa, o chamamento público dos profissionais e o estabelecimento da rede de atendimento do CRM. No entanto, passado o prazo, a prefeitura segue apresentando dificuldade com o aluguel do imóvel que será destinado ao funcionamento do centro.

Conclusões

Como será o funcionamento do CRM Helenira Preta uma vez instalado em imóvel próprio é objeto para estudo futuro, mas podemos refletir sobre alguns modelos semelhantes. Existem alguns exemplos de Gestão Compartilhada de serviços do Estado, como saúde e educação. O mais próximo do que acredito que será o CRM Helenira Preta é o da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba, onde a gestão é realizada por um Colegiado Gestor composto por membros da Sociedade Civil e do poder público, que debate e implementa as políticas da casa.

A experiência do Movimento de Mulheres Olga Benário, nas discussões realizadas até aqui, se assemelha com a prática de Poder Popular. Abrindo e dirigindo Centros de Referência para Mulheres enquanto políticas públicas, o movimento é capaz de formar mulheres para enfrentar não só a violência do machismo, mas a violência do sistema capitalista contra seus corpos e sua autonomia, organizando-as para construir uma sociedade livre.

As casas apresentadas, especialmente o CRM Tina Martins em Belo Horizonte e Helenira Preta em Mauá, mostram uma parceria e colaboração bem sucedidas entre o movimento social e o poder público. Ao mesmo tempo em que as mulheres do MMOB exigem do Estado que cumpra sua parte no acordo, responsabilizando-o por determinados custos de insumos e a manutenção das casas, elas também estão determinadas em fazer com que os CRMs ofereçam serviços adequados à realidade e necessidades das mulheres. No caso da Helenira Preta, existe ainda um esforço do Poder Executivo da cidade de Mauá por tornar o CRM realidade, especialmente devido ao peso político que a pressão dos munícipes teve na aprovação da pauta no PPA.

A manutenção desta relação está intimamente ligada ao nível de organização dessas mulheres, à vigilância e à consciência dos limites das políticas públicas. E é justamente por construir este modelo de luta e parceria que essa iniciativa não se coloca na ótica de desresponsabilizar o Estado e repassar a responsabilidade para a sociedade civil (Dagnino, 2004). Ao contrário, a experiência do MMOB mostra positivamente que existem responsabilidades e exigências compartilhadas e é necessário transformar a forma de atuação e do poder do Estado.

Os CRMs geridos pelo Movimento de Mulheres representam a possibilidade de tornar a política efetivamente pública construindo coletivamente o comum. Ocupar um espaço, estabelecer uma cozinha e creche coletivas, construir uma rede de atendimento e ainda trocar conhecimentos profissionais e artísticos, permitindo a formação política e a autodeterminação das mulheres, em seus corpos e vidas, é uma prática notável. A política pública, dessa forma, R. *ÍANDÉ – Ciências e Humanidades*. São Bernardo do Campo, v.2, n.1, p.27 - 41, jul/2018

é compreendida e praticada não como um aparelho da propriedade coletiva, mas como construção coletiva por mulheres que praticam o comum. “[...]São as práticas sociais e somente elas que decidem sobre o caráter ‘comum’ de uma coisa ou de um conjunto de coisas. Portanto, contra qualquer naturalismo ou essencialismo é preciso sustentar que é a atividade dos homens que torna uma coisa comum, guardando-a de qualquer lógica de apropriação e reservando-a para o uso coletivo.” (Dardot e Laval, 2015, p. 217)

Entrevistadas

Ana (nome fictício), 22 anos, Coordenadora Estadual de São Paulo do Movimento de Mulheres Olga Benário. Dona Maria (nome fictício), 58 anos, Membro do Núcleo Zona Norte do Movimento de Mulheres Olga Benário.

Referências Bibliográficas

ABCD MAIOR. No ABC paulista, Delegacias da Mulher só abrem em horário comercial. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/04/no-abcd-delegacias-da-mulher-so-abrem-em-horario-comercial-3356.html>> Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Norma Técnica de Uniformização para Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília, 2006.

BRASIL. LEI Nº 12.987 DE 2 DE JUNHO DE 2014. Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

CARVALHO, C. Casos de estupro aumentam em 30% no ABC. **Repórter Diário**. 2017.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde** (versão preliminar). 2014.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015.

FONTOURA, N., REZENDA, M. T., MOSTAFA, J., LOBATO, A. L. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015**. IPEA, 2017.

Macário, D. Denúncias de violência registram alta de 17%. 2017. **Diário do Grande ABC**. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/2763212/denuncias-de-violencia-registram-alta-de-17>> Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. IPEA. 2013.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO. **Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario**. Brasil, Dezembro de 2016. p. 5.

_____. Mulheres ocupam casa em SP para abrigar vítimas de violência. 2017. **Jornal A Verdade**. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2017/07/mulheres-ocupam-casa-em-sp-para-abrigar-vitimas-de-violencia>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2017.

Projeto de interesse público e social: Centro de Referência para Mulheres em situação de Vulnerabilidade Social Mulheres Mirabal. Associação Civil, Cultural e Beneficente. Dezembro de 2016. Disponibilizado pela Coordenação Estadual Rio Grande do Sul do Movimento de Mulheres Olga Benário.

Projeto do Centro de Referência Helenira Preta. Fase de Negociação. Disponibilizado pela Coordenação Estadual do Movimento de Mulheres Olga Benário.

Ribeiro, G. Ajuda a mulheres vítimas de violência bate recorde na região do ABC Paulista. 2016. **Jornal Metro.** Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/foco/2016/07/27/ajuda-mulheres-vitimas-violencia-bate-recorde-na-regiao-do-abc-paulista.html>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

WALSELFISZ, Julio Jacolo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.** FLACSO. 2015.